

A Patrulha e o "Social"

Gustavo H. B. Franco

Não há juramento de formatura, qualquer que seja a profissão, onde não se diga que o conhecimento ali entregue, geralmente na forma simbólica de um canudo de papel em branco, será usado "pelo social". Houve época em que as formaturas eram menos festivas pois eram menores as frestas por onde se podia expressar contrariedade. Em nossos dias, o politicamente correto das formaturas se tornou inofensivo, embora sirva como ritual de iniciação para uma maldição vitalícia a ser enfrentada por todos os bacharéis: a patrulha.

A patrulha atacará, num primeiro flanco, a pretensão do bacharel de possuir alguma sabedoria que não possa ser adquirida na "escola da vida". Afinal este é o país da improvisação e do amadorismo. O economista então, esse pobre coitado que milita numa área onde todos têm opinião, convive desde o seu nascimento com a acusação de que seu saber não tem nada de especial.

De outro lado, pela esquerda, os formandos serão lembrados que o diploma deve estar a serviço da Transformação Social. Portanto, você leitor distraído, que é engenheiro químico, artista gráfico, dentista, dona de casa, administrador de empresa ou diretor do Banco Central, vai ter sempre que explicar quais foram as suas ações, dentro da sua profissão, no sentido reduzir as vergonhosas desigualdades sociais do Brasil. É claro que sempre podemos fazer alguma coisa fora da nossa prática profissional, mas a maior parte das pessoas não dispõe do tempo e do desprendimento, e tem no restrito universo do seu próprio trabalho o único espaço para mudar o mundo.

As formaturas, no fundo, trazem uma mensagem sutil: a menos que sua profissão seja a caridade, a única forma de redenção é a militância política, e muitos dirão que apenas as modalidades revolucionárias contam.

Mas existem muitos enganos, especialmente no mundo político, quanto à natureza do verdadeiro trabalho "pelo social". A Nova República, por exemplo, estabeleceu um lema simples para as finanças públicas: "tudo pelo social". E justamente em função

dessa regra, produzimos a Constituição de 1988, a hiperinflação e, pior que tudo, uma Escolha de Sofia na eleição de 1989. Devíamos, portanto, ter aprendido a lição, o que, infelizmente, não é o caso. A patrulha que confunde "o social" com a irresponsabilidade fiscal está mais viva do que nunca.

Os economistas do governo são vítimas contumazes, pois são eles os chatos a dizer que qualquer dinheiro público gasto além da receita vai gerar imposto sobre o pobre (inflação) ou sobre as futuras gerações e classes produtivas (dívida pública). E a despeito de obedecerem estritamente os seus juramentos, e também os manuais de sua disciplina, suas ações sempre parecerão prejudicar "o social".

Que fique muito claro que o problema social brasileiro é nosso maior desafio, e que a responsabilidade é de todos nós. Isso posto, todavia, a pergunta é como exatamente devem se comportar as autoridades econômicas preocupadas com "o social". Pessoalmente sempre achei que a melhor coisa que o Banco Central pode fazer pela cidadania é defender a moeda. Mas tem gente que acha que fabricar papel pintado à vontade para gastar "no social" é uma prática não apenas legítima como necessária para resgatar a Dívida Social. É a tese do "pouquinho de inflação", muito popular mas raramente defendida abertamente.

Hoje em dia, os economistas já conseguem atacar esta tese perguntando que sentido pode haver em se elevar a despesa "no social" financiada por um imposto sobre o pobre (a inflação) para, em seguida, devolver o dinheiro a um outro pobre, quem sabe o mesmo, com a intermediação de uma relação de clientela, possivelmente numa emenda ao Orçamento, e deduzidos os custos da burocracia?

Felizmente, o país amadureceu e aprendeu a apreciar raciocínios econômicos que fazem sentido e o profissionalismo na gestão da coisa pública. E cada vez menos se deixar enganar pelas patrulhas.